
CONTRIBUIÇÃO DO PARQUE FLORESTA FÓSSIL NO MEIO URBANO DE TERESINA (PI)

Livânia Norberta de **OLIVEIRA**
Doutoranda em Geografia da UFPE
livaniageo@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/9967851444577561>

Jackson Saraiva de **FREITAS**
Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia da UESPI
Jacksonfreitas99@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/0404589811899574>

Sheila Pereira **PINHO**
Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da UESPI
Sheila.pereira@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/7488201491490094>

RESUMO: O presente artigo objetiva destacar a importância do Parque Floresta Fóssil do rio Poti para Teresina-PI, analisando sua viabilidade de uso, assim como demonstrar os agentes e processos atuantes na área do parque. A metodologia aplicada foi a partir de revisão de literatura e de gabinete sobre os parques urbanos, além de pesquisa de campo e visita a órgãos responsáveis pela administração do mesmo. Constatou-se que o Parque sofre transformações que coloca em risco sua importância paleontológica dotada de valor científico, cultural e histórico imensurável. Devendo para tanto haver uma melhor administração por parte do poder público, assim como da comunidade civil.

Palavras-chave: Meio urbano. Produção do espaço. Parques Urbanos. Teresina

CONTRIBUTION OF FOSSIL PARK FOREST IN THE MIDDLE OF URBAN TERESINA (PI)

ABSTRACT: This article aims to highlight the importance of the Park Forest Fossil Poti river to Teresina-PI, analyzing its feasibility of use as well as demonstrate the agents and active processes in the park area. The methodology was applied from the literature review and case on urban parks, as well as field research and visit the agencies responsible for administering the same. It was found that the Park undergoes transformations that endangers their endowed paleontological importance of scientific, cultural and immeasurable historical value. Owing both to be a better management by the public authorities as well as the civilian community.

Keywords: Urban environment. Production of space. Urban parks. Teresina.

CONTRIBUCIÓN DEL PARQUE FORESTAL FÓSILES EN EL MEDIO URBANO DE TERESINA (PI)

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo destacar la importancia del Park Florest Fociles Del rio Poti en Teresina-PI, analizando su factibilidad de uso, así como demostrar los agentes y procesos activos en el área del parque. La metodología se aplica a partir de la revisión de la literatura y el caso de los parques urbanos, así como la investigación de campo y visitar las agencias responsables de la administración de la misma. Se encontró que el parque sufre transformaciones que pone en peligro su importancia paleontológica dotados de valor histórico científico, cultural e inconmensurable. Debido tanto a ser una mejor gestión por parte de las autoridades públicas, así como la comunidad civil.

Palabras-clave: Medio urbano. Producción de espacio. parques urbanos. Teresina

INTRODUÇÃO

A relação do homem com a natureza existe desde o início de todos os tempos e a natureza era algo surpreendente, onde o homem era exposto as suas manifestações. O homem buscava apenas sobreviver, e isso se tornava difícil, pois sofria com a ação dos animais selvagens, tempestades, mudanças climáticas bruscas, dentre outras intervenções naturais.

A constante urbanização nos permite assistir, nos grandes centros urbanos, a problemas determinantes do desenvolvimento nada harmonioso entre a cidade e a natureza. Percebe-se cada vez mais no processo de urbanização um distanciamento do homem em relação ao ambiente natural.

Loboda & De Angelis (2005) destacam que somente na segunda metade do século XX a discussão da degradação do meio ambiente se tornou um assunto obrigatório nas cidades. Onde as áreas verdes viraram o principal ícone de conservação do meio ambiente pela sua degradação, tomando relevância os espaços destinados para sua instalação nos centros urbanos.

No entanto, o homem ao dar mais importância ao crescimento estrutural das cidades influenciados por fatores políticos, econômicos e sociais, acaba esquecendo que o fator ambiental é de grande importância para o meio urbano, uma vez que este contribui para o melhoramento dos problemas que surgem com o crescimento desordenado nas cidades.

Para Silva (2003), a criação dos espaços verdes em áreas urbanas tem o potencial de amenizar tanto os problemas sociais quanto os problemas ambientais dessas áreas. Dessa forma os parques urbanos contribuem para melhorar os aspectos físicos e sociais da cidade, por meio da revitalização de espaços abertos, do ordenamento das movimentações e da criação de um sentimento de tranquilidade.

Nos séculos XVII e XVIII o fortalecimento da burguesia fez surgir um movimento que visava o embelezamento das cidades renascentistas. Esse grupo social possuía tempo e recursos financeiros para o melhoramento das cidades. Foram os percussores das primeiras idéias de áreas verdes dentro dos espaços urbanos. Surgindo destas o movimento de volta à natureza que fundamenta as idéias de espaços verdes urbanos. No decorrer dos séculos XVIII e XIX inúmeras cidades do mundo, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, utilizam a concepção de áreas verdes no espaço urbano (SILVA, 2003).

No que se refere ao Brasil, à denominação de Área de Proteção Ambiental é uma categoria que apenas limita o manejo da área, não implicando desapropriação ou mudança de domínio, objetivando melhorar as condições ambientais de uma área e proteger ecossistemas regionais.

O meio norte brasileiro é caracterizado por possuir uma caracterização vegetal que favorece a existência de uma rica flora, apresentando áreas com presença de babaçuais, carnaubais, cerrado e caatinga, o que favorece a preservação dessas áreas com potencialidades naturais, econômicas e cultural.

A capital piauiense, Teresina, encontra-se com aproximadamente 70 parques ambientais, segundo informações do secretário de Meio Ambiente do município. Entretanto o desenvolvimento urbano da cidade sem uma gestão adequada destas áreas de parques tem ocasionado diversos impactos, como ao Parque Floresta Fóssil, localizado na margem direita do rio Poti, que percorre todo núcleo urbano Teresina.

Diante do exposto este artigo objetiva destacar a importância do Parque Floresta Fóssil para Teresina-PI, analisando sua viabilidade de uso, assim como demonstrar os agentes e processos atuantes na área do parque.

PARQUES AMBIENTAIS URBANOS

Os parques urbanos são definidos como:

Todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja o seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica e auto-suficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura construída em seu entorno. (MACEDO; SAKATA, 2002, p.14).

Conforme exposto, observa-se que os parques urbanos são de extrema relevância para a qualidade da vida urbana, por agirem simultaneamente sobre o lado físico e mental do

homem, absorvendo ruídos, atenuando o calor do sol, além de constitui-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar, contribui para a formação e o aprimoramento do senso estético, entre tantos outros benefícios. São inúmeros os benefícios proporcionados pela arborização no meio urbano

Segundo Kliass (1993), os parques urbanos surgiram no final do século XVIII na Inglaterra, atingindo seu pleno desenvolvimento quase um século depois. Com o propósito de propiciar atividades de recreação e lazer para melhorar a qualidade de vida da população, nas cidades no período de intensificação do processo de industrialização. Simultaneamente nas Américas surge um número significativo de parques devido à instauração do Movimento de Parques Americanos, liderados pelo arquiteto-paisagista Frederick Law Olmsted.

Somente com o surgimento do Movimento de Parques Americanos é que discussão das consequências do rápido processo de urbanização ganha força e esse movimento demonstrou o importante papel do parque urbano na diminuição dos problemas ambientais e sociais da época do seu surgimento. Atualmente, os parques urbanos continuam com o mesmo propósito e até mais necessários já que as cidades estão passando por grandes transformações tanto nos aspectos: físicos, econômicos e sociais, o que torna o ambiente urbano cada vez mais complexo.

Desde a década de 1970, o espaço nas cidades brasileiras têm sofrido as mais evidentes transformações. A busca pela compreensão da diversidade dos aspectos do espaço urbano relacionados à qualidade ambiental das áreas urbanas vem sendo debatidos por diversos pesquisadores nos níveis técnicos e científicos (BARGOS e MATIAS, 2011).

A partir do momento que os reflexos negativos da urbanização começaram a evidenciar-se, cresce a discussão da melhoria do ambiente das cidades, surgindo estudos voltados para o impacto causado pelo desenvolvimento urbano, apontando a importância das áreas verdes como atenuante ecológico, climático, estético e social urbano.

O Sistema de Espaços Livres na escala da cidade conta com os seguintes objetos: parque de jogos, parque de atrações, zoológico, jardim botânico, parques de esportes, áreas para usos especiais e parque urbano (LLARDENT *apud* NUCCI, 2008). Todas essas áreas apresentam algumas funções semelhantes como: oferecer lazer e recreação, outras se destacam porque além de oferecer essas funções, apresentam diversos fatores de total importância dentro do ambiente urbano, como a preservação da biodiversidade em áreas urbanas.

Kliass (1993, p.19) conceitua parques urbanos como “espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura

vegetal, destinados à recreação”. Dessa forma, os parques urbanos são reconhecidos como uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, com uma extensão maior que as praças e os jardins públicos.

A criação de Parques visa a conservação e preservação de áreas naturais. Para tanto, essas áreas devem ser regulamentadas por dispositivos legais. Em 1930 diante das transformações ocorridas no território brasileiro, principalmente, no âmbito urbano, no que se diz respeito às áreas verdes, a legislação brasileira começou a avançar nos cuidados com o ambiente natural. Baseando os conceitos dos primeiros Parques Nacionais do Brasil, a Constituição de 1937 no o artigo 134 relata que:

“sob proteção e cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios, os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza”.

Na Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), o artigo 225 do Capítulo VI trata da questão do Meio Ambiente, o qual relata que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial á saída qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e á coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Portanto, torna-se necessária a conservação dos parques urbanos pela sociedade para evitar futuramente possíveis impactos gerados pela da ação indevida do homem, acarretando uma série de impactos ambientais e alterações no meio ambiente.

Para Macedo e Sakata (2002) no final do século XX observou-se um interesse na esfera política pela introdução e formação de parques públicos para atividade paisagística, onde, neste período, iniciou-se um processo crescente de implantação desse tipo de espaço nos médios e grandes aglomerados urbanos, sendo de responsabilidade tanto dos municípios, como dos governos estaduais a gestão e fiscalização.

Neste século, grande parcela das cidades brasileiras está passando por um período de acentuada urbanização. Este fato se reflete de forma negativa na qualidade de vida dos cidadãos, pois a falta de planejamento, que considere os elementos naturais, é um agravante para esta situação.

Em Teresina encontra- se um grande número de parques ambientais na zona urbana, incluindo importantes reservas florestais concentrando- se esses parques na maioria das vezes nas margens dos rios na zona urbana da cidade. A criação dessas áreas refletiu a necessidade

de integração de áreas que contemplavam o lazer, a preservação ambiental e um condicionante para amenizar o clima da cidade no período mais quente.

A cidade de Teresina necessita da intensificação dessas áreas verdes devido a sua característica climática, com temperatura elevada durante todo o ano. Assim, com a criação desses espaços em que predomina a vegetação, as sombras produzidas pelas árvores proporcionam efeito térmico positivo.

Os parques urbanos reconhecidos pela Prefeitura Municipal de Teresina assumem diferentes funções no contexto da cidade: como a preservação do patrimônio ambiental, a de oferecer recreação e lazer, além de serem utilizadas para o exercício da educação ambiental, funções de grande. Destaca-se na cidade o Parque Zoobotânico com 136 hectares, localizado na zona Leste de Teresina, sendo este a maior área de lazer ativo e contemplativo da cidade, o Parque Poticabana, área de lazer ativo, com forte impermeabilização, também situado na Zona Leste com 9 hectares, o Parque Curva São Paulo, área de lazer ativo, com destaque para o balneário, na Zona Sudeste com 5 hectares, o Parque Ambiental de Teresina, com 36 hectares, voltado para preservação ambiental e o Parque da Cidade, com 17 hectares, área de lazer que se une com a função de preservação ambiental localizado na Zona Norte de Teresina (BUENO 2008).

Brito e Portela (2009) relatam que a concepção de preservação ambiental de áreas verdes era um tanto tímida na cidade, no entanto no início da década de 1970 surge o primeiro parque urbano na cidade. A Lei 1.479, de Julho de 1972, deu autorização para criação do Parque Zoobotânico que foi projetado seguindo a linha atual de lazer e contemplação. Posteriormente já nos anos 1980, passa a existir o Parque da Cidade, baseado na Lei 1.939 de Agosto de 1988, representando a mesma visão do outro parque criado anteriormente, transportando de modelo a ser seguido por outros parques criados após essa década embora alguns fosse chamados erroneamente de parques.

Dessa forma, na cidade de Teresina os parques possuem variadas funções em relação ao uso e natureza, a presença do poder público na criação e instalação dessas áreas é de suma importância, pois estas se caracterizam como complexos de lazer e importantes instrumentos na preservação ambiental, mas é necessário que o poder público faça o adequado gerenciamento dessas áreas sob o risco destas serem esquecidas pela população ou exercerem funções para as quais não foram criadas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa fundamenta-se na abordagem qualitativa descritiva. Foi operacionalizada com base em Estudo de Caso, na área Parque Ambiental Floresta Fóssil. A pesquisa compreendeu análise documental; observação de campo para delimitação, identificação e caracterização da área de estudo, através de levantamento de mapas.

Para o levantamento de informações e dados sobre o parque foram feitas, pesquisas bibliográficas em artigos, periódicos e internet, assim como visitas a Secretaria do Meio Ambiente. Realizou-se registros fotográficos para a análise dos impactos ambientais, possibilitando dessa forma o embasamento no estudo do parque para atingir os objetivos propostos.

O PARQUE AMBIENTAL FLORESTA FÓSSIL EM TERESINA

O Parque Ambiental Floresta Fóssil localiza-se no município de Teresina, na margem direita do rio Poti, nas proximidades do Parque Potycabana e do Centro de Educação Ambiental do Piauí (CEAPI) (Figura 1). Foi criado no dia 08 de janeiro de 1993, através do decreto de número 2.195 (TERESINA, 2005). Tal fato foi consolidado através das lutas empreendidas por estudiosos ambientalistas e preservacionistas que despertaram não só o interesse do poder público local como a do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o qual efetuou em 2008 o tombamento do parque como patrimônio nacional ambiental destacando a importância do Sítio.

Figura 1- Imagem com localização da Floresta Fóssil do rio Poti em Teresina – PI.



Fonte: Adaptado google earthe, 2013.

O parque possui 23 hectares (9.000 km²), sendo 18 hectares do lado oeste e 05 hectares do lado leste. A área onde está situado o Parque passou por um processo de subsidência que consiste ao movimento, relativamente lento, de afundamento de terrenos, por ser uma área de inundação e de acumulação de sedimentos, tornando possível a petrificação dos troncos ali existentes (TERESINA, 2005).

Os fósseis existentes no parque (Figura 2) passaram pelo processo de permineralização, que consiste na transformação do vegetal em mineral, ciltetos, folhetos e arenitos e em alguns deles a calcedônia (SILVA, 2009).

Figura 2- Troncos fossilizados próximos à entrada do parque ambiental.



Fonte: Autores, 2011.

Conforme Sousa (1994, p.26-28) “os fósseis possuem diâmetros e espessuras variados, não ultrapassando 70 cm de altura, apresentando estruturas circulares concêntricas que atingem diâmetro de até 3 cm”. Conforme este pesquisador são encontrados 33 troncos fossilizados, os quais estão inseridos no pacote rochoso, denominado “pedra de fogo”, datado do período Permiano, baseado nos exemplares vegetais do gênero *psaranius* contidos nela. A Formação pedra de fogo é caracterizada por sedimentação cíclica regressiva de ambiente marinho que passa gradualmente para área continental de clima árido. Constata-se assim, a importância da preservação deste parque com diversas riquezas presentes para a cidade de Teresina e o mundo, por existir poucos ambientes desse no mundo, além de Teresina encontra-se na Patagônia- Argentina, no Parque de Yellowstone- EUA.

Através de estudo exemplar de um fóssil permineralizado retirado do parque, possibilitou-se descobrir e revelar através de análises um novo gênero e uma nova espécie, a qual foi denominada, *Teresinoxilon Eusébioi*, em homenagem a cidade de Teresina e ao primeiro paleontólogo Dr. Euzébio de Oliveira, o qual estudou as plantas paleozoicas nos arredores da cidade (Figura 3). A vegetação atual da área é restrita e bastante influenciada pela ação antrópica, apresentando poucos exemplares nativos. A maior parte da vegetação encontrada é resultado do reflorestamento efetuado. Há também resquícios de vegetação composta por cerrado e caatinga, com estratos arbustivos e arbóreos, e pela mata ciliar (CALDAS *et. al* 1987 *apud* SILVA, 2009).

Figura 3: Fóssil no seu local de origem, ainda em posição vertical.



Fonte: Autores, 2013.

Observou-se na pesquisa a negligência por parte dos órgãos responsáveis pela administração do parque, principalmente em relação às fiscalizações, inexistindo guias para orientar os visitantes, pelo fato do mesmo não possuir desde 2002 um guarda e /ou fiscalizador na entrada onde existe uma guarita, facilitando a entrada de vândalos, a inexistência de equipamentos de comunicação como: folders, placas informativas que forneçam informações sobre o paleoambiente e as espécies de vegetação ali presentes, valorizando a importância ambiental e cultural existente.

No local observou-se que as cercas que delimitam e protegem o Parque foram arrancadas por vândalos, situação que facilita a entrada de pessoas não autorizadas podendo causar outros danos ao Parque. Constatou-se a presença de lixo e preservativos, deixando

claro o abandono do local pelo poder público, bem como o desconhecimento e insensibilidade de parte da população para a preservação do parque, deixando aos visitantes um sentimento de verdadeiro abandono e descaso, com o patrimônio.

A falta de interesse no âmbito político no que se refere às iniciativas públicas para a conscientização da população, informando a importância dos parques para a sociedade como um todo, e conseqüentemente, a preservação e conservação do local.

Há, portanto uma maior necessidade de segurança e fiscalização para proteger o parque além de iniciativas públicas para a conscientização da população perante a raridade dos fósseis ali encontrados.

De acordo com o Plano de Gestão, Conservação e Manejo da Floresta Fóssil do Rio Poti, o parque apresenta estratégias a serem realizadas no local para obter resultados visíveis de conservação, educação, monitoramento e controle ambiental e do patrimônio paleontológico e cultural. Além do incentivo à proteção, estruturação da área de estudo e de seus limites mais significativos, incentivo à constituição de parcerias envolvendo, subsídios à fiscalização e licenciamento ambiental; de indicativos de áreas a serem restauradas. Compreendendo fatores operacionais, de gestão e infra-estrutura, e principalmente da proteção dos troncos fossilizados da Floresta Fóssil do Rio Poti e a gestão deste patrimônio.

No âmbito da proposta do Plano de conservação do parque, as visitas na maior parte da área poderão ser realizadas sem restrições físicas, ou seja, sem a utilização de barreiras que delimitem as zonas de acesso dos visitantes, o que pode acarretar em alterações na paisagem local. Atualmente as visitas limitam-se as trilhas existentes no parque, devido uma grande parte dos troncos fossilizados e outros vestígios arqueológicos estarem encobertos pela vegetação.

Dessa forma, a revitalização do parque através de políticas públicas se faz necessária, com o objetivo de atrair visitantes, haja vista o parque possuir um imenso potencial turístico e científico. Assim a preservação é de suma importância para a cidade de Teresina, dado o enriquecido número de informações ali existentes, servindo, assim, de pesquisas para cientistas e estudiosos, além de ser um palco com belíssimas espécies nativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa verifica-se que o Parque Floresta Fóssil do rio Poti em Teresina é de extrema relevância como patrimônio natural e turístico para a cidade, no entanto sofre interferências negativas tanto por parte do intemperismo (físico e químico), como pela ação

antrópica, que atua na retirada de troncos do local de origem, pichações dos mesmos, jogando resíduos sólidos, tais ações, tem ocasionado poucas visitas. Havendo também outras deficiências da administração pública do parque, como a falta de fiscalização e segurança aos visitantes que ficam vulneráveis a assaltos.

O parque dota de um valor científico imensurável para a sociedade, visto a importância turística e científica, proporcionando um contato mais próximo com a natureza. Para tanto, sugere-se maior intervenção no Parque Floresta Fóssil do rio Poti, dada a contribuição desse patrimônio para a sociedade, devendo haver um projeto de fiscalização e revitalização do parque, assegurando a conservação do paleoambiente do local.

REFERÊNCIAS

BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. Áreas Verdes Urbanas: Um Estudo de Revisão e Proposta Conceitual. **REVSBAU**, Piracicaba- SP, v.6, n.3, p.172-188, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para o uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental. Brasília, DF, 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/pot/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso em: 12 outubro 2007.

BRITO, J.S; PORTELA, M.G.T. **O uso dos Parques Urbanos de Teresina-PI: Estudo de caso do Parque Beira Rio**. IV Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte e Nordeste de Educação Tecnológica. Belém, PA, 2009.

BUENO, J. L. **C.A importância das áreas livres para a sustentabilidade urbana: a função, o uso e a percepção ambiental no parque da cidade Teresina, Piauí**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2008.

CALDAS. E. B.; MUSSA. D. LIMA FILHO e RÖSLER O. Notas sobre a ocorrência de uma floresta petrificada da idade permiana em Teresina, Piauí. Contribuição ao Projeto PICG (IUGS-UNESCO) nº 237: "Floras of Gondwanic Continents" 1987.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Patrícia Cortês. **Unidades de conservação** / Patrícia Côrtes Costa. São Paulo: Aleph, 2002. p. 18-24.

KALLAS, L. M. E.; MACHADO, R. R. B. Parques Ambientais de Teresina-PI: diagnóstico e recomendações. In: **Cadernos de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves. Ano XVII, Nº. 37, Agosto/2005.

KLIASS, R. G. **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini, 1993. p. 19.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B.L.D. Áreas Verdes Públicas Urbanas: Conceitos, Usos e Funções. **Ambiência**. Guarapuava, PR, v.1, n.1, p. 125-139, jan./jun, 2005.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques urbanos no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2002. p. 206.

MALZYNER, Carlos.; SILVEIRA, Cássio; ARAI, Victor Jun. Planejamento e avaliação de projetos em educação ambiental. In: PHILIPPI Jr.: PELICIONI, Maria Célia Focesi. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005. p. 557.

MOORE, Alan.; OMAEZABAL, César. Manual de planificación de sistemas nacionales de áreas silvestres protegidas em La America Latina – metodologia e recomendaciones. Santiago: FAO/PNUMA, 1988, 137 pp.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: HUCITEC, 3 ed. 2002.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)** / João Carlos Nucci. 2ª Ed. – Curitiba: O Autor, 2008. 150p.; il.
Disponível no endereço: <http://www.geografia.ufpr.br/laboratorios/labs>

SOUSA, C. A. V. de. Parque da Floresta Fóssil do Rio Poty. In: **Cadernos de Teresina**. Ano VIII, n. 17, Agosto, 1994. p. 26-28.

SILVA, L. de J. M. da. **Parques Urbanos: A Natureza na Cidade- uma análise da percepção dos atores urbanos**. Dissertação de Mestrado - Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável UnB-CDS, Mestre, Gestão e Política Ambiental, 2003. p. 30.

SILVA, T. C. F. da.; MOTA JUNIOR, José Ferreira. **Os Impactos Ambientais no Parque Floresta Fóssil do Poti - Teresina (PI)**. Brasil: UFPI, 2009. p. 03-04.

TERESINA. Parques Urbanos de Teresina/PI: Diagnóstico e Recomendações. **Cadernos de Teresina**, ano XVII, n. 37, agosto, 2005.

TERESINA (Estado). **Decreto Municipal nº 2.195 de 08/01/93**. Cria a área do Parque Municipal da Floresta Fóssil do Rio Poti. Disponível em:<<http://crfundaciaui.files.wordpress.com/2012/08/departamento-de-patrimc3b4nio-natural-e-cultural.pdf>>. Acesso em: 07. jun. 2013.